



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
CAMPUS SÃO JOÃO EVANGELISTA
CONSELHO ACADÊMICO**

Manifestação do Conselho Acadêmico do Campus São João Evangelista a respeito da PEC 55/2016

Conforme deliberado em reunião extraordinária do Conselho Acadêmico, em 23/11/2016, o IFMG *Campus* São João Evangelista vêm por meio desta se posicionar contra a PEC 55/2016 antiga PEC 241/2016, que apresenta como proposta o congelamento dos gastos primários para os próximos 20 anos, limitando-se a correção em função das despesas do ano anterior corrigida pela inflação (IPCA).

A proposta que já passou pela câmara dos deputados e aguarda votação no Senado atribui ao gasto primário (educação, saúde, segurança, infraestrutura, assistência social, etc) o motivo do desencadeamento da crise no país. Porém, neste cenário, aqueles que mais dependem do estado serão os mais prejudicados, pois a PEC 55/2016 fere o princípio constitucional que vincula receitas para a educação e para a saúde, além de não propor alternativas menos nocivas à população, como a tributação das grandes fortunas, a auditoria da dívida pública e seu regime de juros, e a redução dos privilégios da classe política.

Especificamente para o nosso campus a aprovação desta PEC comprometerá a oferta de educação pública de qualidade pelos próximos 20 anos, com enormes prejuízos para os estudantes que perderão benefícios conquistados durante os 65 de história do campus. O cenário sinaliza para redução de oferta dos auxílios socioeconômicos, de alimentação a preços simbólicos, no envolvimento de estudantes com pesquisa e extensão, na realização de visitas técnicas, na participação de estudantes em eventos esportivos e científicos e na capacitação de servidores. Haverá ainda, impacto negativo na manutenção e ampliação da infraestrutura do campus e na aquisição de equipamentos necessários aos laboratórios já construídos.

Diante do exposto, o *Campus* São João Evangelista no cumprimento de sua função social, em defesa da Constituição, da população mais frágil, dos direitos sociais, da saúde, da previdência e entendendo que toda transformação positiva da sociedade passa pela oferta de uma educação de qualidade, manifesta repúdio à PEC 55/2016, cuja aprovação terá como consequência o enfraquecimento da educação pública, gratuita e de qualidade.

São João Evangelista, 29 de novembro de 2016.